



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Artigos livres

v 15 | n 28 | jan-jun 2026

Desafios e limites na regulação do trabalho ambulante nas cidades de Florianópolis/SC e Montes Claros/MG

Paula Cruz Pimentel; Antônio Dimas Cardoso



Edição eletrônica

URL: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui>

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

PIMENTEL, Paula Cruz; CARDOSO, Antônio Dimas. Desafios e limites na regulação do trabalho ambulante nas cidades de Florianópolis/SC e Montes Claros/MG. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 15, n. 28, jan-jun 2026, e8654. Semestral.

© NAUI

Desafios e limites na regulação do trabalho ambulante nas cidades de Florianópolis/SC e Montes Claros/MG

Paula Cruz Pimentel¹
Antônio Dimas Cardoso²

Resumo

Propomos neste trabalho uma análise comparativa sobre a ocupação do espaço público para fins de trabalho informal ambulante nas cidades de Florianópolis/SC e Montes Claros/MG. Desse modo, analisamos os aspectos divergentes do conflito em disputa nessas duas cidades, sendo que cada cidade possui suas particularidades históricas, culturais, sociais e econômicas. Desse modo, damos destaque à questão da regulação do trabalho informal em espaços públicos urbanos com interfaces na questão do direito à cidade e ao trabalho, tendo em vista que, muitas vezes, esses atores sociais precisam reelaborar constantemente de forma dinâmica as suas táticas de resistência em espaços urbanos, têm que negociar os seus usos e apropriações com os agentes municipais. Utilizamos uma abordagem etnográfica com entrevistas semiestruturadas com objetivo de analisar as narrativas dos vendedores ambulantes que trabalham nas cidades e resistem a uma ordem normativa do poder público que regulamenta e fiscaliza esses espaços.

Palavras-chave: trabalho informal; espaço urbano; criminalização; ambulantes.

Resumen

Propomos en este trabajo un análisis comparativo sobre la ocupación del espacio público para fines de trabajo informal ambulante en las ciudades de Florianópolis/SC y Montes Claros/MG. Analizamos los aspectos divergentes del conflicto en disputa en ambas ciudades, reconociendo que cada una presenta particularidades históricas, culturales, sociales y económicas. Para ello, damos importancia a la cuestión de la regulación del trabajo informal en espacios públicos urbanos con relación a la cuestión del derecho a la ciudad y al trabajo, teniendo en cuenta que, muchas veces, estos actores sociales necesitan reelaborar constantemente de manera dinámica sus tácticas de resistencia en espacios urbanos,

¹ Doutora em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: paula.pimentel_@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4700-0230>.

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: antonio.dimas@unimontes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5904-716X>.

negociando sus usos y apropiaciones con los agentes municipales. Utilizamos un enfoque etnográfico con entrevistas semiestructuradas, con el objetivo de analizar las narrativas de los trabajadores ambulantes que desarrollan sus actividades en las ciudades y resisten a un orden normativo impuesto por el poder público, encargado de regular y fiscalizar estos espacios.

Palabras-clave: trabajo informal; espacio urbano; criminalización; vendedores ambulantes.

Abstract

This paper presents a comparative analysis on the occupation of public space for informal street vending in the cities of Florianópolis/SC and Montes Claros/MG. We examine the divergent dimensions of the conflicts surrounding the use of public space in these two cities recognizing that each has its own historical, cultural, social and economic particularities. In this context, we emphasize the regulation of informal work in urban public spaces and its relationship to the right to the city and the right to work. We argue that street vendors are often required to continually adapt and redefine their strategies of resistance, negotiating the use and appropriation of urban spaces with municipal authorities. Metodologically, we adopt an ethnographic approach based on semi-structured interviews to analyze the narratives of street vendors who work in these cities and resist the regulatory framework imposed by public authorities responsible for governing and monitoring the use of public spaces.

Keywords: informal work; urban space; criminalization; street vendors.

Cidades, circuitos ambulantes e “espaços intermediários”

Neste trabalho, temos por objetivo realizar uma análise comparativa sobre a forma como os trabalhadores ambulantes de Florianópolis e de Montes Claros, do setor informal de prestação de serviços, constroem suas táticas de permanência e ocupação do espaço público em contextos distintos de regulação espacial. Em ambas as cidades, observam-se dinâmicas marcadas pela concentração de trabalhadores ambulantes em circuitos ambulantes³ de seus núcleos urbanos e, por outro lado, intensifica-se a presença de mecanismos institucionais de ordenamento urbano que incidem diretamente sobre tais práticas. Trata-se de cidades que operam como polos de atração de trabalhadores de municípios vizinhos e atuam como espaços

³ Inspirado nas contribuições de Milton Santos (2008) sobre os circuitos da economia urbana e nas análises de Vera Telles e Daniel Hirata (2010) sobre os circuitos informais e os ilegalismos, este artigo utiliza a categoria “circuitos ambulantes” para designar os espaços de circulação e permanência que são construídos pelos vendedores ambulantes nas cidades, organizados a partir dos fluxos de consumidores, das formas de regulação do espaço público e das táticas cotidianas de mobilidade dos trabalhadores ambulantes.

de mediação entre diferentes escalas de circulação e intenso fluxo de pessoas, podendo ser compreendidas como “cidades intermediárias”, conforme o conceito proposto por Jean Rémy (Vaz, Cardoso, 2021; Rémy, 2015), cidades que podem ser compreendidas como espaços urbanos nos quais diferentes lógicas sociais se encontram e se negociam cotidianamente.

No caso dos trabalhadores ambulantes da cidade de Florianópolis/SC e Montes Claros, há uma disputa conflituosa quando se trata de discutir a sua permanência ou não nesses espaços. Como lembra Lenin Pires (2011), a fronteira entre legalidade e ilegalidade não é estática, mas constantemente negociada nas práticas sociais cotidianas, de modo que os ambulantes habitam uma zona ambígua que oscila entre o permitido e o reprimido. A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2008), em suas etnografias sobre mercados populares e vendedores informais, ressalta que a informalidade não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um modo de vida que cria redes de solidariedade, sociabilidade e circulação de mercadorias à margem do sistema formal (Pinheiro-Machado, 2008, p. 62).

A escolha das duas cidades fundamenta-se em suas diferenças estruturais. Florianópolis/SC constitui uma capital turística marcada por intensa fiscalização do trabalho ambulante e forte circulação internacional de turistas, enquanto Montes Claros representa um centro regional de comércio e serviços, cuja dinâmica econômica depende do mercado regional e apresenta formas mais flexíveis de regulação do trabalho ambulante. Essa diferença permite comparar distintas gestões municipais do espaço público.

A comparação entre Florianópolis e Montes Claros tem por objetivo contribuir analiticamente para a compreensão de que o trabalho ambulante na cidade está para além da dicotomia entre formalidade e informalidade ou entre legalidade e ilegalidade (Telles, Hirata, 2010). Em diálogo com a temática sociológica sobre ilegalismos urbanos, economia popular e sociologia do trabalho, pretendemos com os resultados desta pesquisa demonstrar que o comércio ambulante integra os circuitos ordinários da economia urbana e se constitui por meio de relações permanentes de negociação entre trabalhadores ambulantes, comerciantes, consumidores e agentes da gestão municipal (Telles, 2010; Hirata, 2018; Uriarte, 2014). As diferenças observadas entre as duas cidades dizem respeito menos à existência ou não de controle estatal e mais às distintas formas pelas quais esse controle é exercido e negociado cotidianamente.

Ao pensar a cidade e os seus espaços públicos para fins de trabalho ambulante, na perspectiva de Henri Lefebvre (2001), um dos grandes desafios das democracias urbanas contemporâneas é a apropriação e a gestão administrativa do espaço público nas cidades. Para

o autor, o direito à cidade não se restringe à ocupação do espaço físico urbano, mas envolve também o direito dos cidadãos de participarem ativamente das decisões relacionadas às políticas urbanas, ao planejamento da cidade e ao uso desses espaços coletivos. A disputa pelo uso do espaço público entre a gestão municipal e os trabalhadores ambulantes pode ser interpretada como uma expressão concreta das tensões relacionadas ao direito à cidade. Santos (2008) enfatiza em sua obra que a urbanização nos países periféricos produz um circuito superior, caracterizado pelo elevado grau de capital, tecnologia e organização, e um circuito inferior, formado por atividades de pequena escala, intensivas em trabalho e voltadas à sobrevivência. Longe de representar um setor residual ou externo ao capitalismo, o circuito inferior constitui parte integrante da economia urbana e mantém relações permanentes de complementaridade, dependência e tensão com o circuito superior.

No caso dos “ambulantes móveis”, a condição de mobilidade no espaço urbano tende a levar os gestores públicos a adotar políticas de caráter mais repressivo voltadas à regulação do uso do espaço tanto em Florianópolis quanto em Montes Claros. Consequentemente, essas interações geram conflitos entre os usuários do espaço público e os agentes responsáveis pela fiscalização como as operações de apreensões de mercadorias. Essas tensões podem atuar como um elemento mobilizador, incentivando os indivíduos a se associarem e a reivindicarem o direito de permanecer e exercer suas atividades no espaço.

Assim, parte-se da hipótese que a presença no espaço público dos trabalhadores ambulantes – aqueles que possuem pontos fixos na paisagem urbana e os que utilizam da mobilidade nos circuitos de venda ambulante – se explica pela existência de um espaço intermediário de negociação entre os ambulantes e as instâncias institucionais de regulação urbana. Esse espaço pode ser compreendido a partir da noção de transação social, proposta por Jean Rémy (2016), que permite analisar os acordos práticos, os conflitos e as acomodações que estruturam a permanência desses trabalhadores no espaço público.

Escolhas metodológicas

Os dados empíricos desta pesquisa foram produzidos por meio de observação etnográfica, com o uso das técnicas da observação flutuante, registros em diário de campo e entrevistas semiestruturadas com trabalhadores ambulantes nas cidades de Florianópolis/SC e Montes Claros. Ao todo, foram realizadas 14 entrevistas, distribuídas entre 11 trabalhadores ambulantes e 1 comerciante lojista, cujas identidades foram preservadas mediante a utilização de nomes fictícios. No decorrer deste trabalho de campo, em Florianópolis foram realizadas

sete entrevistas semiestruturadas, cinco homens e duas mulheres, em Montes Claros, foram realizadas sete entrevistas, três mulheres e quatro homens, além de momentos com conversas mais informais em que foi possível acompanhar o cotidiano desses trabalhadores ambulantes.

O grupo de trabalhadores ambulantes entrevistado caracterizou-se pela diversidade de trajetórias sociais e ocupacionais. Participaram da pesquisa homens e mulheres com idades entre aproximadamente 26 e 67 anos, que atuam na comercialização de alimentos, frutas, água de coco, churros, artesanato, roupas, acessórios, eletrônicos, películas para celulares, panos de prato, amendoim e outros produtos de consumo cotidiano. Muitos relataram ter ingressado no comércio ambulante em razão das dificuldades de inserção ou reinserção no mercado formal de trabalho, enquanto outros já exerciam essa atividade há décadas, constituindo vínculos duradouros com determinados pontos comerciais das cidades.

Em Florianópolis/SC, os interlocutores incluíram trabalhadores naturais do estado, migrantes oriundos de outras regiões do Brasil e imigrantes internacionais, especialmente provenientes do Senegal, Haiti, Peru e Bolívia. O trabalho de campo permitiu identificar tanto vendedores ambulantes com pontos relativamente fixos quanto trabalhadores que circulam entre diferentes áreas da cidade, especialmente entre o centro histórico e os circuitos turísticos da orla marítima, acompanhando a sazonalidade do turismo.

Na cidade de Montes Claros, predominam trabalhadores ambulantes com atuação mais estável no centro comercial, muitos deles estabelecidos há vários anos nos mesmos pontos de venda. Também foram entrevistados ambulantes provenientes de municípios vizinhos e de outras regiões do País, evidência de que o comércio informal constitui importante estratégia de geração de trabalho e renda para diferentes grupos sociais que circulam pelo principal centro urbano do Norte de Minas Gerais.

Os dados produzidos em campo foram analisados por meio de uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica, articulando as narrativas dos interlocutores às observações realizadas durante a pesquisa e ao referencial teórico da antropologia urbana e da sociologia do espaço. A análise privilegiou categorias como informalidade, mobilidade socioespacial, regulação do espaço público, direito à cidade, circuitos da economia urbana e táticas de permanência dos trabalhadores ambulantes.

Na cidade de Montes Claros, a observação flutuante aconteceu em dois cruzamentos de ruas, a Rua Simeão Ribeiro com a Praça Doutor Chaves e a Rua Simeão Ribeiro com a Rua Lafetá, esse quadrante é composto por diversos circuitos de lojas físicas tradicionais que convivem diariamente com os circuitos de venda ambulantes. Em Florianópolis, o campo

empírico da etnografia de rua (Eckert, Rocha, 2003) delimitou-se aos cruzamentos da Rua Conselheiro Mafra com a Rua Deodoro e da Rua Conselheiro Mafra com a Rua Trajano, essa escolha não se deu de forma aleatória, mas esteve diretamente relacionada aos objetivos analíticos. Trata-se de espaços localizados em regiões centrais da cidade, próximos ao Mercado Público Municipal da cidade de Florianópolis, caracterizados por intensa circulação de pessoas, tanto moradores quanto turistas e, conseqüentemente, por elevada concentração de atividades econômicas formais e informais.

Esses cruzamentos configuram-se como pontos estratégicos da dinâmica urbana, na medida em que concentram fluxos, visibilidade e oportunidades de comercialização, tornando-se áreas privilegiadas para a atuação dos trabalhadores ambulantes. Ao mesmo tempo, são espaços monitorados e regulados pelo poder público municipal, o que os transforma em arenas de tensão, negociação e conflito em torno do uso do espaço urbano. A etnografia de rua nos permite, conforme as antropólogas Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2009), pesquisas urbanas pautadas pela observação participante, quando “o pesquisador constrói o seu conhecimento da vida urbana *na e pela* imagem que ele com-partilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados” (Eckert, Rocha, 2009, p. 3).

Os “ambulantes móveis” são compreendidos como grupos de nômades urbanos, por isso justificamos o uso da técnica de pesquisa da observação flutuante (Pétonnet, 2008), por se tratar de grupos ambulantes em movimento na cidade. Realizamos o campo entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2023, em Florianópolis; e no mês de agosto do ano de 2022 em Montes Claros. As entrevistas e conversas informais foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo (Strauss, Corbin, 2008).

Os contextos das cidades de Florianópolis/SC e Montes Claros/MG

O município de Florianópolis apresenta uma configuração territorial composta pela Ilha de Santa Catarina e por uma área continental integrada funcionalmente aos municípios da Região Metropolitana. A Ilha, que possui proteção ambiental, repleta com suas belezas naturais que atraem os turistas na época de veraneio, a Grande Florianópolis, engloba os municípios de São José, Biguaçu e Palhoça. Florianópolis possui um custo de vida mais alto, os trabalhadores que querem morar mais próximo da região central acabam alugando moradias em seus entornos, onde estão os morros periféricos, e cidades vizinhas.

A dinâmica urbana da cidade tem sido marcada pela intensificação dos fluxos turísticos, especialmente aqueles provenientes do exterior, o que posiciona a cidade de Florianópolis entre os destinos mais visitados por turistas estrangeiros no Brasil (Ministério do Turismo, 2025)⁴. Um dos aspectos adotados pela gestão municipal é a política de fiscalização dos espaços por parte das autoridades policiais. Não há apenas uma preocupação com a violência urbana, os assaltos, furtos e homicídios. Pontuamos em especial as operações contra o comércio ilegal, com base na lei do código penal, que criminaliza a atividade dos vendedores ambulantes⁵.

Propomos uma interpretação da cidade nos dias atuais, uma cidade que é vivida e experienciada no cotidiano dos cidadãos, como propõe José Guilherme Cantor Magnani (2002), em que o exercício etnográfico traz ganhos imensuráveis para a investigação, como uma lente de aumento com que conseguimos perceber a dinâmica da cidade, com as suas diversidades cristalizadas através da interpretação das ações sociais individuais e de suas interações sociais na vida em sociedade. Estas interações acabam por transparecer os seus costumes, hábitos e o movimento de um só indivíduo pela cidade com potencial de revelar um “mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc.” (Magnani, 2002, p. 17). Nessa linha de raciocínio, a etnografia desenvolvida por Urpi Montoya Uriarte (2014) demonstra que os espaços urbanos são continuamente produzidos pelas práticas cotidianas de seus habitantes, perspectiva que contribui para compreender os circuitos ambulantes analisados nesta pesquisa.

Neste mundo social específico, a presença de trabalhadores populares nos centros urbanos mostra que esses espaços públicos não são apenas objetos de ordenamento estatal, mas também espaços de produção social e de construção cotidiana da vida urbana. A ocupação dos espaços públicos na cidade de Montes Claros ocorre de forma relativamente institucionalizada, prevalecendo a consolidação de um circuito de venda ambulante na área central da cidade com vendedores de ruas distribuídos em calçadas, praças e vias de grande

⁴ Levantamento da plataforma de viagens Booking.com, realizado entre 1º de agosto e 28 de outubro de 2025, no *ranking* nacional de destinos turísticos mais procurados na plataforma, aparece o Rio de Janeiro (RJ), com aumento de 12% na procura, Porto de Galinhas (PE), com crescimento de 35%; Maceió (AL) e Florianópolis (SC), com alta de 29%, e Ubatuba (SP), que registrou aumento de 6%. No cenário internacional: Rio de Janeiro, com aumento de 27% nas pesquisas, Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Búzios (RJ) e Bombinhas (SC). Link de acesso: [Brasil lidera interesse global para viagens de fim de ano, aponta levantamento do Ministério do Turismo](#). Acesso: 28/6/2026.

⁵ Matéria jornalística sobre uma das operações da Prefeitura de Florianópolis contra o comércio ilegal, link de acesso: [G1 - Prefeitura de Florianópolis faz operação contra comércio ilegal - notícias em Santa Catarina \(globo.com\)](#). Acesso em 23/6/2026.

circulação, no comércio de alimentos, vestuário, acessórios, eletrônicos e diversos produtos de baixo custo. No caso de Florianópolis, os trabalhadores ambulantes sofrem a repressão por não estarem atuando dentro da legalidade e do sistema de tributação de impostos. O município, por sua vez, contribui para operar o estigma sobre esse grupo social com objetivo de proteger a imagem de uma cidade ordeira, turística, que passa a tomar medidas a favor da “proteção da economia local”, do comércio “legalizado” e do setor turístico.

Nessa arena de disputa, há uma atuação do poder público que tenta reprimir qualquer tipo de alteração da paisagem urbana que venha a comprometer a ordem econômica dos atores “estabelecidos”. No dia 8 de agosto de 2022, por exemplo, estavam envolvidos na operação, nomeada de “Operação Multiagência”, o Gabinete de Gestão Integrada da Prefeitura de Florianópolis (Secretaria Municipal de Segurança Pública, Guarda Municipal, Superintendência de Serviços Públicos – SUSP⁶, Procon Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Estadual de Combate à Pirataria). Como se vê, trata-se de um gabinete formado por agentes de controle e repressão, sem a participação efetiva de agentes curadores e de proteção social.

Em Montes Claros, os circuitos ambulantes concentram-se principalmente no centro comercial da cidade, onde acompanham o intenso fluxo de consumidores que circulam todos os dias pelas ruas comerciais, praças e calçadões. Diferentemente de Florianópolis, onde esses circuitos se expandem durante a alta temporada turística em direção à orla marítima, em Montes Claros apresentam maior estabilidade ao longo do ano e são organizados em torno do comércio regional e dos serviços urbanos. Diferentemente de Florianópolis, onde a Associação dos Ambulantes atua como mediadora entre ambulantes e gestão municipal, em Montes Claros, as negociações ocorrem quase sempre de forma individual ou por meio de pequenos grupos organizados pontualmente.

Observamos, na situação social em questão, a atuação dos agentes públicos, quando estes se deparam com situações de desigualdades, pauperização, desemprego e precariedade de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social – como no caso dos vendedores ambulantes que atuam na capital catarinense. O poder público reage com ações higienistas de “conter a pobreza” nos morros da cidade e priorizar a gentrificação do Centro. Afinal de

⁶ SUSP é a entidade que controla burocraticamente as licenças dos ambulantes que trabalham nas ruas da cidade e nas praias, na página, é possível ter acesso aos editais a que os trabalhadores se submetem para conseguir a permissão para trabalhar, de acordo com os termos impostos pela Prefeitura Municipal. O resultado desse processo é divulgado no site e se dá através de um sorteio. Link de acesso: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/susp/index.php?cms=edital+ambulantes+++lista+de+candidatos+numerada&menu=0>.

contas, o “tumulto” que os ambulantes fazem ao ocupar as ruas da cidade em suas dimensões comerciais, simbólicas e sociais reverberam uma imagem de cidade que não é vendável aos anúncios turísticos e cartões postais. Por isso, as mazelas das desigualdades devem ser invisibilizadas aos olhos dos turistas. Em diferentes momentos, governos locais passaram a promover Florianópolis como “capital turística do Mercosul”, uma representação simbólica da cidade associada à competitividade econômica e à capacidade de atrair investimentos (Sugai, 2002).

Florianópolis faz parte do *trade* turístico nacional e internacional, com economia voltada para o setor turístico e setores de serviços, como a rede hoteleira, sendo que a economia informal ambulante orbita nos entornos desses espaços urbanos turísticos e é regulada por mecanismos institucionais de força coercitiva. Sua principal finalidade é obliterar a visão da precariedade social representada simbolicamente pelos trabalhadores ambulantes, cujas ações coercitivas praticadas pelos agentes de fiscalização do município são nomeadas de “Operação Illegal” e “Operação Multiagência”. Nessas operações, focadas no ordenamento urbano, é utilizada a força policial para reprimir a presença dos trabalhadores ambulantes nos espaços públicos, negando-lhes o direito à cidade, como formula Lefebvre (2001).

O mecanismo de repressão é pautado pela lei penal e traz consequências extremas aos trabalhadores, como o uso da violência policial ou, até mesmo, a detenção, enquadrando-os pela prática de crimes previstos nos artigos 184 e 190 do Código Penal, como mostra a matéria no site da Prefeitura Municipal⁷ de Florianópolis, em que traz o resultado da operação em números, com 348 produtos piratas recolhidos e cinco prisões decretadas. Destacamos o uso do termo “ambulantes ilegais” na matéria jornalística para categorizar os trabalhadores e “produtos piratas” como justificativa das prisões. Em 8 de agosto de 2022, por exemplo, uma operação policial resultou em cinco prisões de trabalhadores imigrantes, sendo quatro haitianos, três mulheres e um homem, além de um imigrante equatoriano.

Para situarmos o leitor, identificamos na cidade de Florianópolis o grupo de ambulantes como um grupo heterogêneo por ser composto de trabalhadores “estabelecidos”, presentes há décadas nesse espaço, compreendidos pela gestão como “ambulantes fixos”, compostos tanto de idosos quanto de jovens, mulheres e homens, e também fazem parte

⁷ Matéria jornalística na página da Prefeitura de Florianópolis/SC, sobre a operação de combate ao comércio ilegal. Acesso em 26/6/2026: [Prefeitura de Florianópolis \(pmf.sc.gov.br\)](http://pmf.sc.gov.br).

desse grupo social os que são considerados pelos “ambulantes tradicionais”, como grupos “de fora”, considerados *outsiders* (Elias, 2000), grupos de imigrantes de países como o Haiti, Senegal, Bolívia, Peru, Equador, que buscam uma melhor qualidade de vida em consequência da miséria e instabilidade política e econômica em seus países de origem, sobretudo a ausência de um estado de bem-estar social que garantam acesso à educação, saúde e segurança.

Nesse contexto, a figura do trabalhador ambulante estrangeiro observado na cidade de Florianópolis ocupa o espaço urbano de forma marcada pela impermanência: está inserido na dinâmica cotidiana da cidade, participa ativamente das trocas econômicas e sociais, mas o faz a partir de uma posição relacional específica, marcada por formas de pertencimento provisórias e negociadas, que evidenciam não uma exclusão absoluta, mas uma inserção intermediária no espaço, assim como para Simmel (2005), em que a figura do *estrangeiro* é aquela que, embora esteja fisicamente próxima, não se fixa plenamente, é definida por uma posição simultânea de proximidade e distanciamento.

Quando falamos de cidades, é preciso lembrar que coexistem forças que moldam o espaço urbano e geram tensões entre o espaço e as mobilidades associadas a diferentes vivências e apropriações do “espaço vivido” (Lefebvre, 2001). Neste sentido, o espaço não se reduz ao lugar, mas apresenta uma multidimensionalidade em que intervêm múltiplos fatores que se articulam de variadas formas entre si, onde se estabelece a transação social, conforme conceitua Rémy (2016). Assim, as interações sociais não se desenvolvem uniformemente entre todos os presentes num mesmo contexto socioespacial. Elas têm a capacidade de produzir incessantemente novas configurações no interior das quais os trabalhadores ambulantes se prendem ou se desprendem de determinadas práticas cidadinas que envolvem o trabalho e o lazer.

Compreendemos que as cidades representam uma cultura urbana capitalista, onde os espaços públicos estão em um jogo de disputa entre as forças econômicas que são representadas pelo capital privado que se aliam ao poder público para alcançar os seus objetivos; enquanto, na base social, os modos de apropriação do espaço resultam da coexistência de uma pluralidade de trajetórias individuais. O problema das interrelações entre indivíduos no espaço urbano a construir coloca-se de maneira singular, tendo em conta o tipo de produto que o objetivo de uma política urbana constitui (Rémy, 2016).

Na etnografia pelas áreas centrais de “Floripa” – como a cidade é chamada pelos seus habitantes – percebemos que a configuração da organização social espacial é *sui generis*.

Tendo um centro histórico comercial considerado turístico, a estratificação social acaba por excluir boa parte do consumidor da classe popular, que prefere comprar pelos entornos do terminal velho e do quiosque em frente ao Ticen – Terminal de Integração do Centro. As áreas urbanas mais populares estão localizadas nas redondezas do terminal de ônibus, o mais antigo da cidade, de onde saem os veículos executivos chamados pela população local de “amarelinhos”. Seu diferencial é ser um ônibus mais confortável, com ar condicionado; já os demais não possuem esta conveniência.

In loco, constatamos que, em 2022, durante o trabalho de campo em Montes Claros, município marcado por temperaturas elevadas durante grande parte do ano, é comum que os ambulantes fixos instalem guarda-sóis, sombrinhas e outras coberturas improvisadas para minimizar a incidência direta do sol. Como muitos desses trabalhadores permanecem em pontos localizados no meio das calçadas e em áreas abertas do centro comercial, a utilização dessas estruturas torna-se indispensável para a sua permanência durante a jornada de trabalho. Os guarda-sóis acabam por integrar a própria paisagem urbana e funcionam simultaneamente como proteção climática, ponto de referência para os clientes e elemento de identificação do espaço de trabalho. Em Florianópolis, por sua vez, observamos uma configuração distinta. Nas áreas centrais, muitos ambulantes procuram se instalar próximos às fachadas comerciais e utilizam as marquises, galerias e demais estruturas arquitetônicas dos edifícios como forma de proteção contra o sol e as chuvas. Diferentemente de Montes Claros, onde as coberturas são quase sempre produzidas pelos próprios ambulantes, em Florianópolis a morfologia urbana oferece condições de abrigo e influencia na escolha dos pontos de venda e na organização dos circuitos ambulantes.

Em 2023, num retorno à cidade de Floripa, quase não se via imigrantes ambulantes nas ruas do centro da cidade como se via nos anos de 2016 a 2022, o que explica a mobilidade dos ambulantes pelos circuitos de vendas em outros bairros considerados também turísticos como a Lagoa da Conceição, as praias do norte da Ilha de Santa Catarina e a de Canasvieiras, frequentada pelo público turístico de países como Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. A presença de ambulantes imigrantes no ano de 2023, durante o trabalho de campo, foi observada com menos intensidade, em situações pontuais, isso se deve à intensa fiscalização da Guarda Municipal, o que faz os grupos de vendedores ambulantes atuarem em regiões da orla marítima.

Tais circuitos ambulantes no Centro da cidade e na orla marítima podem ser compreendidos como espaços em que se articulam o circuito superior e o circuito inferior da

economia urbana (Santos, 2008). Enquanto o primeiro é representado pelos estabelecimentos formais voltados ao turismo, como hotéis, restaurantes e grandes empreendimentos comerciais, o segundo se manifesta nas atividades dos trabalhadores ambulantes, cuja presença integra a economia urbana e atende à demanda gerada pela intensa circulação de turistas. Assim, longe de constituir uma atividade residual, o comércio ambulante participa ativamente da produção social e econômica dos espaços turísticos da cidade.

Em 2023, durante as observações de campo, os vendedores “ambulantes fixos” na paisagem urbana, situados pelas redondezas do Mercado Municipal, continuaram a ser os mesmos trabalhadores. Os “ambulantes fixos” permanecem na paisagem urbana com suas barraquinhas de água de coco, meias, baterias, relógios, artesanatos, churrasquinho, pipoca e utensílios. Sobre o perfil deles, alguns ambulantes eram mulheres mães solo e chefes de família que não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho por não terem uma qualificação ou acabaram desistindo de procurar uma oportunidade de emprego formal devido à urgência de “se virar como dá”, segundo as ambulantes Gabriela e Larissa.

O líder da Associação dos Ambulantes, vendedor de morangos José Nivaldo, 46 anos, migrante, contou-nos que antes de chegar à cidade de Florianópolis em busca de trabalho e uma melhor qualidade de vida, passou por outros estados:

Eu migrei em 1998, minha cidade é São Félix do Maranhão. Na real, quando eu saí da minha cidade eu passei por outros lugares, Pará, Mato Grosso. Eu trabalhava naquelas fazendas pra chegar até aqui, eu arrastava os matos, limpava o terreno das fazendas. (José, em entrevista concedida em 2023).

José também pontua sobre as dificuldades que envolvem as licitações burocráticas e o trabalho do ambulante na cidade:

Nós que fazemos tudo certo e que só quer trabalhar não temos nada a ver com aqueles que estão atuando de maneira errada. Então, nesses momentos usávamos sempre o celular, muito diálogo, discussão. Aí, começamos a ganhar nosso espaço. No ano de 2013, conseguimos ganhar a autorização, mesmo em caráter precário, pois no começo era de 15 dias, depois 30 dias. Trabalhávamos por 12 dias, os ambulantes já ficavam com medo, preocupados, às vezes meus colegas me pagavam a minha diária, porque eu também tenho família para sustentar, pagavam para eu ficar no pé da Prefeitura, do secretário, para **tentar renovar as permissões.** Daí, **conseguimos mudar para 30 dias, depois 60 dias, sempre essa correria. Hoje em dia o edital é de dois em dois anos. Graças a Deus! Foi muita luta!** Muita dificuldade! Hoje, graças a Deus, com as autoridades, as pessoas se preocuparam com nós na televisão, nas mídias sociais, muitas reuniões, pararam para nos ouvir, viram a nossa realidade, que no meio desses trabalhadores existem muitas mulheres que são chefes de família, crianças, idosos. **Muitos trabalham já aposentados, porque não conseguem pagar**

todos os seus remédios com a aposentadoria. Um salário mínimo não dá!
(José, Presidente da Associação dos Ambulantes, em 2023).

Quando se aproxima o verão, a competição pela licitação aumenta, as praias e o Centro da cidade ficam mais movimentados de vendedores ambulantes. O relato de José se refere à concorrência que acontece anualmente. Com o edital de licitação, por ser difícil conseguir a permissão para trabalhar, muitos atuam sem registro. Dessa forma, com as eleições municipais a cada quatro anos, o tema volta à baila. É discutido pelos vereadores e reabre-se o debate público com as manifestações pelo direito ao trabalho dos grupos de trabalhadores ambulantes.

Com a intensificação das ondas migratórias no estado de Santa Catarina e, mais recentemente, no período pós-pandemia de covid-19, a gestão municipal observou⁸ que algumas características do público frequentador do Centro da cidade de Floripa se alterava, mas, principalmente, havia um fator agravante: o desemprego havia aumentado e, no segundo momento, em 2020, o fator da pandemia de covid-19 havia se agravado. Logo no início da pandemia, o então prefeito Gean Loureiro decretou estado de calamidade pública e fechou por 15 dias o comércio local, no mês de março.

Com todos esses fatores que aconteceram e que repercutem até os dias atuais – crise econômica, fechamento do comércio, desemprego e inúmeras demissões – as consequências da pandemia resultaram em uma nova organização social do trabalho no espaço urbano do Centro de Floripa, como um importante fenômeno social em andamento: a onda de imigração estrangeira⁹. Esses imigrantes somaram-se aos demais trabalhadores informais já existentes nesse lugar – trabalhadores que estão à margem do sistema econômico. Os trabalhadores ambulantes circulam pelas ruas, mas, em alguns casos, possuem o seu ponto delimitado em alguma esquina. É muito comum alguns deles terem seus pontos definidos e deixarem alguém tomando conta do ponto enquanto vão trabalhar em algum outro espaço público, como nas praias.

Considerado um “fato social total” (Sayad, 1998), o fenômeno migratório abrange vários campos da vida social, desde a partida do migrante de seu país de origem até o

⁸ Foram realizadas três entrevistas com representantes institucionais, em 2023, a análise qualitativa das entrevistas com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL, o secretário de Segurança Pública Municipal e o presidente do Conselho Estadual de Combate à Pirataria constata uma percepção desses dois momentos de crises no espaço urbano.

⁹ Nas últimas décadas, o espaço urbano vem se transformando, principalmente devido às novas ondas migratórias interestaduais – nos anos de 2017 a 2022, segundo os dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo de 2022, o estado de Santa Catarina se tornou o principal destino de imigrantes intraestaduais do País (IBGE, 2025).

processo de assimilação no país receptor, essas ondas migratórias têm despertado um conflito de interesses entre os comerciantes locais catarinenses. Os comerciantes lojistas locais afirmam ser prejudicados com a concorrência dos circuitos ambulantes, pelo motivo de pagarem impostos, enquanto os vendedores ambulantes não. Por isso, alegam que há competição desigual entre o comércio formal e informal. Para os comerciantes locais de lojas físicas, o comércio informal deveria ser coibido com força na cidade pelas autoridades municipais¹⁰.

Suzana, 42 anos, e Karine, 48, “ambulantes fixas”, vendedoras de capinhas de celulares na cidade de Montes Claros, afirmam que o comércio ambulante é mais tolerado na cidade devido ao apelo mais humanista do prefeito da cidade, “conforme o mandato municipal muda, muda também a visão sobre nós, trabalhadoras das ruas da cidade”, pontuou Suzana. A escolha de serem vendedoras “ambulantes fixas” se dá mais pela garantia de sua segurança nas ruas, “os fiscais não implicam conosco, já nos conhecem aqui da área”, ponderou Karine.

Na cidade de Montes Claros, os ambulantes entrevistados possuem um perfil distinto da cidade de Florianópolis no que se refere aos circuitos ambulantes de outras cidades brasileiras. Os “ambulantes móveis” de Floripa estão sempre em movimento em direção a outras localidades, municípios vizinhos, grandes metrópoles como São Paulo ou até mesmo outros países, o que os faz pertencerem a um circuito de maior rotatividade. Os ambulantes observados no espaço da cidade mineira não eram “ambulantes móveis”, mas, em sua maioria, “ambulantes fixos” com barraquinhas estabelecidas – com exceção do ambulante vendedor de panos de pratos, que atua de maneira móvel pelo circuito – com seus pontos mais definidos no espaço da cidade, sobretudo nos dois cruzamentos observados.

Distinções e similaridades entre as cidades

Ao comparar experiências de duas cidades, podemos apontar o caso da principal cidade do Norte de Minas Gerais: Montes Claros, sem grandes atrativos turísticos – ao

¹⁰ Matéria jornalística sobre a manifestação do dia 4/4/2017, contra o comércio ilegal, demonstra o engajamento da CDL com o projeto “Floripa Legal”: o que conquistamos e os desafios futuros”, que busca manter a ordem pública e exige o cumprimento da legalidade. Os trabalhos têm apoio da Prefeitura Municipal e do Conselho Estadual de Combate à Pirataria (Cecop). Título da matéria: “CDL DE FLORIANÓPOLIS E CORE-SC PROMOVEM SEMINÁRIO CONTRA O COMÉRCIO ILEGAL NA CAPITAL”, link de acesso disponível: [CDL de Florianópolis e CORE-SC promovem seminário contra o comércio ilegal na Capital - Imprensa - CDL de Florianópolis \(cdlflorianopolis.org.br\)](http://cdlflorianopolis.org.br). Acesso em 26/6/2026.

contrário de Florianópolis – localizada numa região de incentivos federais, por meio da Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Nesta cidade do chamado “Polígono das Secas”, durante a nossa incursão etnográfica, identificamos que existe uma diferença circunstancial em relação à normatização do trabalho informal nesta cidade-polo de quase 500 mil habitantes, considerada de porte médio pelo IBGE (2025).

Podemos considerar que a dinâmica do comércio da cidade é de normalidade organizada. O comércio é pulsante, colorido e bastante numeroso. As barraquinhas dos comerciantes informais, com os seus sombreiros, estão espalhadas pelo centro da cidade, sendo toleradas – e até institucionalizadas – pelo poder público local. Aqueles que não possuem barraquinhas móveis colocam seus produtos expostos de outra maneira, com grades penduradas. Os vendedores ambulantes gritam o nome de seus produtos, como acontece em outras cidades, como maneira de chamar a atenção do passante. Geralmente, não se percebe nenhum tipo de fiscalização com a finalidade de coibir a presença pública dos ambulantes, embora existam os fiscais de cada setor/rua, como acontece em Florianópolis.

Apesar de uma cidade ser uma capital da região sul e a outra uma cidade de médio porte do norte de Minas Gerais, ambas possuem muitas características similares, no que se refere a sua estrutura física, de calçadas, praças e um comércio movimentado de ambulantes. Entretanto, por estar localizada numa região que concentra altos índices de pobreza e desigualdades sociais, em Montes Claros, o comércio informal faz parte do contexto histórico da região, onde a questão regulatória do trabalho informal, de modo geral, não entra na pauta de prioridades dos agentes públicos, pois essa atividade informal é considerada uma forma de garantia de trabalho e renda à população mais empobrecida, que migra de municípios vizinhos para Montes Claros, coexistindo com os setores formais da economia local.

Já a cidade de Florianópolis, mais intensamente nos anos de observação etnográfica – em 2023 – vem sendo marcante a presença dos ambulantes imigrantes de origem africana e haitiana. Um processo de convivência com um novo perfil de estrangeiro. É um fato social novo, principalmente em seu centro histórico, de alteração de suas práticas sociais comerciais. Alguns interlocutores, como Daniel, 35, Mogio, 50, e Sérgio, 38, imigrantes do Senegal, Equador e Bolívia, relataram as dificuldades em trabalhar no espaço público, em especial quando acontecem as fiscalizações da Guarda Municipal. Os movimentos são rápidos. Os guardas passam monitorando as ruas de carro ou moto. Os imigrantes atuam como tática de permanência e são imediatos os movimentos de suspenderem as suas lonas

pretas para recolher as mercadorias, é hora de parar, guardar o que possuem para não perderem o que compraram. Desta forma, o ciclo se repete a cada dia.

No trabalho de campo em Montes Claros, ao conversarmos com o interlocutor Ronaldo, 65 anos, que possui um carrinho de amendoim, situação de venda ambulante mais permanente na paisagem urbana, Ronaldo afirmou: “Sou considerado um patrimônio da cidade, pertenço a esse lugar, pois estou trabalhando há 30 anos nesse mesmo ponto!”. Já as irmãs vendedoras de churros, Renata, 32 anos, e Alice, 30 anos, que trabalham em frente ao principal terminal de ônibus, o Ticen, no Centro de Floripa, naturais do Estado da Paraíba, relataram a dificuldade que é trabalhar no Centro de Florianópolis:

A Prefeitura da cidade pensa que é dona de tudo, de todo o espaço, mas quem movimenta a cidade somos nós! Quem traz alegria para as pessoas? Somos nós! A gente leva alegria às pessoas que, no final do dia, vêm no nosso carrinho comer churros, um doce colorido. Muitos comerciantes informais não possuem alvará de funcionamento, porque eles dificultam tudo, o edital é confuso e não querem nem nos receber no gabinete para tirar nossas dúvidas¹¹.

É nesse sentido que o “direito à cidade” se coloca como uma questão em pauta, como um manifesto pelo direito ao trabalho por parte dos trabalhadores ambulantes, um direito de ocupar as ruas, as calçadas, as praças. Sabemos que as relações de compra e venda de mercadorias vão muito além da questão das relações econômicas. Elas estabelecem laços de sociabilidades entre comerciante e clientela (Vedana, 2013). Portanto, é uma maneira de experienciar a cidade a partir dos seus cheiros e sabores, da descoberta dos circuitos citadinos, dos lugares que cada grupo social frequenta, dos tipos de grupos identitários que compõem estes lugares.

A cidade de Florianópolis possui uma população estimada em 587.486 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE¹² (2025). Montes Claros possui uma população estimada em 437.601 pessoas, segundo o IBGE¹³ (2025). Para compreender se acontece a mesma lógica de embates conflituosos entre o poder público, quando indagamos aos interlocutores sobre como são as fiscalizações, o interlocutor Valdir, de 67 anos, que tem a sua barraquinha de comércio na calçada do prédio dos Correios, em Florianópolis, relatou sobre as táticas adotadas pelos ambulantes para permanecerem em seus pontos de trabalho:

¹¹ Alice e Renata, em entrevista concedida em 6/1/2023.

¹² [Florianópolis \(SC\) | Cidades e Estados | IBGE](#). Acesso em 6/7/2026.

¹³ [Montes Claros \(MG\) | Cidades e Estados | IBGE](#). Acesso em 6/7/2026.

Trabalho há 10 anos como ambulante. Nos últimos três anos, o clima está mais tranquilo pra trabalhar, mas basta alguém cismar com você que logo fazem uma denúncia. Por exemplo, o gerente de alguma loja ou banco pode denunciar à polícia. Aí a polícia vem e te tira do teu ponto. Então, eu espero a poeira baixar uns dias e depois eu retorno pro meu lugar, ou eu fico em outro lugar¹⁴.

A fala de Valdir evidencia as “táticas” que os vendedores ambulantes utilizam para persistirem no espaço. Elas vão muito além de um olhar de subalternidade. Desse modo, são os ambulantes, peças atuantes no jogo político desempenhado na situação social, ao observamos que as astúcias são as “transações” e os diálogos com as estruturas da sociedade mais autoritárias que estão em uma posição de superioridade. Estas seriam as suas “maneiras de fazer” a cidade, as táticas, que Michel de Certeau menciona, isto é, as “vitórias do fraco sobre o mais forte” (Certeau, 1998, p. 47) como uma tentativa de subverter uma ordem ou uma estratégia institucional já existente.

Nesse sentido, Valdir, ambulante da cidade de Montes Claros, contou como continua atuando e como enfrenta os percalços do cotidiano de ambulante e sua imponderabilidade. Por outro lado, sobre as artimanhas de ser um ambulante na cidade de Florianópolis, o ambulante Alemão, 40 anos, comentou que a sua tática de permanência no espaço envolve “dar um tempo após as batidas policiais e depois de uns dias voltar ao posto de trabalho”, ou, ainda, “procurar saber o que aconteceu com algum fiscal gente boa”.

A comerciante Norma, 48 anos, proprietária da loja *Flora São Jorge*, da cidade de Montes Claros, relatou em uma conversa informal que, como comerciante de uma loja física, não vê problemas em ter os ambulantes como “concorrentes”. Em sua compreensão, eles estão trabalhando, assim como nós, “estão expostos a todo tipo de perigo nas ruas e muitos não querem legalizar o seu trabalho, para não pagarem imposto”. Nesse sentido, os ambulantes são vistos como ilegais e possuem as suas expertises para “burlar” o sistema tanto na cidade de Montes Claros como na cidade de Florianópolis. Segundo a comerciante, os aluguéis no Centro de Montes Claros são caríssimos, variam entre 5 e 10 mil, depende da sala, ainda tem as contas dos funcionários, luz, água, taxa de impostos. Na visão de Norma, os ambulantes se beneficiam.

Norma e Valdir possuem opiniões iguais no que se refere aos ambulantes que não possuem o “bom senso”. Explica Valdir: “Você vai lá no Supermercado Bretas pra você ver! Tem vários vendedores comercializando nas calçadas os mesmos produtos do supermercado,

¹⁴ Valdir, em entrevista concedida no dia 16/8/2022.

eles não têm bom senso nenhum!”. O vendedor ambulante Valdir chama atenção para a existência de um código de ética entre o comércio formal e o informal, assim como Carlos, 28 anos, e Diego, 26 anos, vendedores da barraquinha de frutas e películas de celular, situada no calçadão da Rua Simeão Ribeiro, ponderam em seus discursos sobre a falta de ética, o que é inaceitável aos olhos de alguns ambulantes, quando se trata de ambulantes que enxergam no negócio um grande potencial, sobretudo pelo fato de não pagarem aluguel e nem impostos e acabam agindo de “má-fé”. Segundo eles, há uma atitude de “burlar” o sistema ao terceirizar o trabalho, o que acaba por construir uma espécie de “rede de terceirização do trabalho ambulante”. Contam eles:

Tem gente aí que contrata umas pessoas que estão precisando muito e colocam elas pra vender nas ruas, até crianças, às vezes, acho isso uma exploração! Há uns cinco meses a Polícia Federal deu uma batida, acharam o depósito dessa pessoa e apreenderam todas as mercadorias, isso pra mim é um absurdo! O trabalhador ambulante tem que trabalhar por conta própria! Ele necessita trabalhar! Agora, crescer os olhos e fazer disso uma exploração dos outros é ruim para todos!¹⁵

Nesse dia, uma história estava sendo repercutida em campo. O relato era sobre a última batida policial. Essa mesma história foi citada por todos os interlocutores entrevistados em 22 de agosto de 2022. Relataram sobre a fiscalização realizada havia uns meses. Nessa ocasião, a polícia estava investigando uma denúncia que foi realizada por algum anônimo contando que havia um rapaz, conhecido como Chinês, que possuía um depósito de mercadorias piratas, mas chamou a atenção da polícia que era um depósito enorme, abarrotado de mercadorias “piratas”. O Chinês, dono do depósito, contratava ambulantes para trabalhar, comentam Carlos e Diego:

Um absurdo o que ele fazia, viu? Ele colocava gente pra trabalhar por R\$ 15,00, R\$ 20,00 reais por dia, é uma exploração em cima de outra exploração! Tem gente precisando trabalhar como autônomo, como nós aqui! Mas, daí querer montar uma cooperativa? Com esse tipo de explicação! É um absurdo! Acaba prejudicando todos nós, que somos necessitados de trabalhar! Acaba que vamos sendo malvistos!¹⁶.

Segundo eles, as batidas policiais se dão esporadicamente, quando acontece alguma denúncia. Os entrevistados relataram que o ofício de ambulante é doloroso, pois o seu dia a dia é cansativo. “Estamos o dia todo na rua, em condições precárias, trago a minha “bóia fria” e tem dono de restaurante que nem me deixa entrar pra urinar! As pessoas acham que

¹⁵ Carlos, em entrevista concedida em 16/8/2022, realizada no trabalho de campo na cidade de Montes Claros.

¹⁶ Carlos e Diego, em entrevista concedida. Os nomes dos entrevistados foram alterados.

estamos aqui porque queremos, não é bem assim, estamos porque é uma necessidade! Tenho 57 anos, vou ter que trabalhar a vida toda! É uma questão de sobrevivência!”.

O vendedor ambulante Valdir cita os olhares de preconceito para os que trabalham nas ruas, há uma espécie de estigma (Goffman, 2008), olhares hostis, como se eles estivessem no espaço público porque decidiram isso pra vida deles. Na visão dele, a situação dos ambulantes é indigna. Eles passam por constrangimentos diários, como denúncias policiais, dificuldades em encontrar banheiro público, a alimentação é precária.

Por outro lado, apesar dos olhares e situações conflitantes entre os comerciantes, foi possível identificar a solidariedade entre os comerciantes formais e informais. A comerciante Norma relatou que em uma das batidas policiais ajudou um dono de barraquinha de frutas, colocando-o pra dentro de sua loja. Segundo a entrevistada, foi a maneira que encontrou de ajudar: “Se não, ele ia perder tudo!”, afirma Norma. Mesmo assim, Norma pensa que os informais de alguma maneira “saem no lucro”. Sua visão é de que eles são “burladores do sistema”, vivem de ser ambulantes de maneira ilegal. “Você acha que eles vão querer legalizar? mas, claro que não! Assim, eles não pagam nada! Nem aluguel, nem funcionário, nem imposto nenhum!”¹⁷

Quando perguntado sobre o licenciamento, soubemos de um projeto em andamento na Prefeitura de Montes Claros, assim como em Florianópolis. Existe a mesma ideia fiscalizadora, mas, dependendo do prefeito em exercício, há divergências e o projeto não é implementado. Em uma matéria jornalística no *site* da Prefeitura de Montes Claros, havia uma manchete datada do ano de 2018¹⁸: “Prefeitura ouve ambulantes para organização do comércio informal”.

Além disso, os trabalhadores não sabem muito a respeito do que está acontecendo na Câmara dos Vereadores. Eles relatam que há certa maleabilidade com os fiscais da Prefeitura de Montes Claros e os ambulantes. Com o fator da pandemia de covid-19, tudo ficou mais aceitável. Em decorrência da crise sanitária, muitos trabalhadores perderam os seus empregos e, com isso, passaram a vender mercadorias nas ruas.

Em ambas as cidades, a lógica organizacional espacial do comércio funciona mais ou menos assim. As áreas centrais das cidades possuem setores que são definidos por ruas, nelas

¹⁷ Norma, em entrevista concedida.

¹⁸ Matéria jornalística da Prefeitura de Montes Claros, em 28/3/2018: “Prefeitura ouve ambulantes para organização do comércio informal”. Link de acesso: [Prefeitura ouve ambulantes para organização do comércio informal \(montesclaros.mg.gov.br\)](https://montesclaros.mg.gov.br). Acesso em 23/6/2026.

há um fiscal em cada setor. O papel dele é não deixar “tumultuar” os espaços, ele coloca certa “ordem”, distribui certos pontos de comércio e define os lugares “próprios” e “impróprios” a se trabalhar. Por isso, há certa maleabilidade em Montes Claros, diferentemente de Florianópolis, onde há mais repressão e os fiscais aparecem de surpresa, com rondas para apreensão de mercadorias, principalmente para o grupo de imigrantes que vendem mercadorias piratas/ilegais.

Sobre o projeto de legalização do trabalho informal no espaço urbano, os entrevistados relataram que seria interessante, mas teria que saber ao certo como iria funcionar, pra não ser algo injusto. Teria que ser uma taxa simbólica a ser cobrada. Em ambas as cidades, os interlocutores apoiam a legalização, contanto que não prejudique ninguém e que não os retirem do espaço público, pois, na visão deles, se colocarem os vendedores ambulantes em um espaço fechado, tipo um shopping popular, acreditam que irão falir, não haverá público para todos.

Os entrevistados creditam que a estrutura organizacional atual é a que permite e todos terem o seu público espalhado nas ruas. Suas reivindicações são pelo direito a exercerem o seu trabalho sem serem perseguidos, além de requererem melhores condições de trabalho, como acesso a banheiros e a uma alimentação digna. O trabalho permite o próprio sustento e o sustento de suas famílias. “Não queremos ser vistos como trabalhadores marginais, necessitamos trabalhar!”, afirmam Valdir e Carlos. “Para nós, seria excelente ser legalizado, ninguém está aqui nessa situação porque quer! Muitos possuem até um nível escolar bom, com ensino médio, mas não encontram vagas no mercado”.

Nessa mesma linha de pensamento, Rogério, 42 anos, vendedor ambulante de panos de pratos recém-chegado de São Paulo, afirma:

Em todos os lugares por que passei, nas cidades do interior de São Paulo, existe esse tipo de preocupação nossa, tem lugar que não tem nem como trabalhar! Aqui em Montes Claros ainda estamos conseguindo. Seria ótimo se legalizassem o nosso trabalho¹⁹.

O vendedor ambulante Rogério destaca em seu depoimento que na cidade de Montes Claros ainda existe maior tolerância para a prática do trabalho ambulante nas ruas, ao contrário das grandes metrópoles pelas quais já passou durante a sua trajetória como vendedor ambulante.

¹⁹ Rogério, em entrevista concedida.

Conclusões

A comparação entre as cidades de Florianópolis e Montes Claros permitiu identificar que o trabalho ambulante constitui uma atividade marcada por conflitos relacionados à ocupação do espaço público, embora esses conflitos assumam intensidades e formas distintas conforme o contexto urbano e os modelos locais de regulação. Em ambas as cidades, os trabalhadores relataram dificuldades para obter licenças, insegurança quanto à permanência nos locais de trabalho e desconfiança em relação aos processos de regulamentação conduzidos pelo poder público. Contudo, os dados empíricos revelam que, em Montes Claros, existe maior abertura ao diálogo entre ambulantes e administração municipal, enquanto em Florianópolis predominam ações mais frequentes de fiscalização, apreensão de mercadorias e operações de controle, em especial nas áreas centrais e nos circuitos turísticos da orla.

A pesquisa demonstrou que a dificuldade de regularização do trabalho ambulante não decorre apenas da existência de normas administrativas, mas também da morosidade dos processos institucionais e da fragilidade das políticas públicas voltadas a esse segmento. Os entrevistados das duas cidades manifestaram interesse na regulamentação da atividade, desde que ela não implique a perda dos pontos de venda nem inviabilize economicamente o trabalho por meio de exigências incompatíveis com sua realidade. Ao mesmo tempo, relataram insegurança e descrença diante das sucessivas promessas de regularização que não se concretizam.

Outro resultado importante refere-se ao perfil dos trabalhadores entrevistados. O trabalho ambulante reúne homens e mulheres de diferentes faixas etárias, desde jovens que ingressaram recentemente na atividade em razão das dificuldades de inserção no mercado formal até trabalhadores idosos que permanecem nas ruas mesmo após a aposentadoria ou depois de longas trajetórias profissionais. Essa diversidade demonstra que o comércio ambulante não corresponde a um grupo social homogêneo, mas constitui uma importante estratégia de geração de trabalho e renda para pessoas com distintas histórias de vida, níveis de escolaridade e experiências ocupacionais.

Os dados etnográficos também evidenciaram a existência de diferentes formas de inserção nos circuitos ambulantes das cidades. Enquanto alguns trabalhadores desenvolvem suas atividades em pontos relativamente fixos e estabelecem vínculos duradouros com determinados locais e com sua clientela, outros circulam continuamente entre bairros, áreas centrais e circuitos turísticos para acompanhar os fluxos de consumidores, adaptando-se às ações de fiscalização. Esses circuitos ambulantes constituem espaços dinâmicos da economia

urbana, organizados pela circulação cotidiana de pessoas, mercadorias e oportunidades de trabalho e revelam que o comércio ambulante participa ativamente da produção e do funcionamento dos espaços públicos.

A comparação também permitiu observar diferenças significativas nas experiências vividas pelos trabalhadores. Em Florianópolis, os ambulantes, sobretudo os imigrantes da América Latina e africanos senegaleses que atuam como “ambulantes móveis”, encontram-se mais expostos à violência simbólica, às abordagens policiais e aos processos de criminalização. O caso do senegalês Ousmane Hann, em 2019²⁰, evidencia como a fiscalização pode ultrapassar os limites administrativos e produzir situações de violação de direitos. Em Montes Claros, embora existam conflitos e denúncias, os interlocutores relataram maior possibilidade de negociação com fiscais e gestores municipais. Eles indicam um contexto institucional relativamente mais flexível.

Os resultados da pesquisa revelam que os conflitos em torno do trabalho ambulante extrapolam a discussão sobre legalidade ou ilegalidade da atividade, conforme demonstrado por Vera Telles e Daniel Hirata (2010), os circuitos informais revelam as tensões existentes entre a economia urbana e as formas estatais de regulação, evidenciando que a informalidade constitui parte integrante da dinâmica das cidades e não um fenômeno marginal ao seu funcionamento. Na perspectiva da sociologia do espaço de Jean Rémy (2016), compreendemos que as disputas observadas durante o trabalho de campo dizem respeito também aos diferentes modos de produzir, ocupar e negociar o espaço urbano.

A pesquisa mostrou que, apesar das restrições institucionais, os trabalhadores ambulantes desenvolvem cotidianamente estratégias de permanência que lhes permitem continuar atuando nos espaços públicos. As táticas descritas por Michel de Certeau (1998) manifestam-se na mobilidade entre diferentes pontos de venda, na reorganização dos circuitos ambulantes e na constante negociação com fiscais, comerciantes e consumidores. Nessa dinâmica, a presença dos ambulantes na cidade caracteriza-se pela impermanência: seus lugares nunca são totalmente estáveis, mas continuamente reconstruídos conforme as condições de circulação e controle do espaço urbano. Essa condição dialoga com a reflexão de

²⁰ “Os vídeos juntados ao processo comprovam que não houve razão para a contenção e prisão do autor. Assim, a juíza entendeu que o município de Florianópolis, por seus agentes, agiu de modo a infringir direito alheio, já que, ao promover ação fiscalizatória, extrapolou a força necessária para cumprimento da sua atividade, agredindo, prendendo e lesionando o autor”. Trecho extraído da matéria jornalística: “Senegalês preso de forma abusiva pela Guarda Municipal de Florianópolis será indenizado”: [ConJur - Senegalês preso de forma abusiva em Florianópolis será indenizado](#). Acesso em 25/6/2026.

Georg Simmel (2005) sobre a mobilidade e a figura do *estrangeiro*, o que permite compreender que muitos ambulantes, especialmente os trabalhadores migrantes e imigrantes, vivem ao mesmo tempo entre a proximidade e distância da vida cotidiana da cidade com a sua permanente possibilidade de deslocamento.

Concluimos, portanto, que o trabalho ambulante constitui uma dimensão estruturante da vida urbana nas duas cidades investigadas. Longe de representar apenas uma atividade situada entre o legal e o ilegal, ela integra os circuitos da economia urbana, produz relações sociais, organiza fluxos de circulação e participa da construção cotidiana do espaço público. Os achados desta pesquisa são inesgotáveis, o trabalho ambulante exige tanto as formas de regulação estatal quanto as táticas de permanência desenvolvidas pelos trabalhadores ambulantes, que, mesmo diante da liminaridade, da impermanência de sua presença na paisagem urbana, continuam produzindo a cidade por meio de suas práticas cotidianas de ocupação do espaço.

Referências

- CARDOSO, Antônio Dimas; VAZ, Domingos (Org.). **Cidades, escalas e transações**. Ribeirão (Portugal): Edições Húmus, 2022.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana**. IluMinuras, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2003. DOI: 10.22456/1984-1191.9160.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 307-326, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MAGNANI, José Guilherme C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MONTOYA URIARTE, Urpi. **Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois microespaços na cidade de Salvador**. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 15, n. 36, 2014. DOI: 10.22456/1984-1191.52637.
- PÉTONNET, C. **A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense**. Traduzido por Soraya Silveira Simões. Antropolítica, n. 25, p. 99-111, 2008.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha: uma etnografia da circulação dos trens da Central do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- RÉMY, Jean. **L'espace, un objet central de la sociologie**. [HTTPS://DOI.ORG/10.3917/ERES.REMY.2015.01](https://doi.org/10.3917/ERES.REMY.2015.01), 2015.
- RÉMY, Jean. **Espaços e transações sociais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008a [1979].
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração, ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos Para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada**; tradução: Luciane de Oliveira da Rocha. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2008.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. RBSE, v. 4, n. 12, 2005.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo**. Tempo Social, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. DOI: 10.1590/S0103-20702010000200003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/12638>. Acesso em: 1 jul. 2026.

VEDANA, Viviane. **Fazer a feira e ser feirante**: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 39, p. 41-68, 2013.

Recebido em 29/9/2025

Aceito em 19/6/2026



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional